

A difícil democracia: democracia ou capitalismo do desastre, o desafio à construção radicalmente democrática da cidadania

*The difficult democracy: democracy or disaster
capitalism, the challenge to the radically
democratic construction of citizenship*

Lucia Regina Florentino Souto luciafsouto@yahoo.com.br

Médica Sanitarista e Pesquisadora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/Fiocruz

O que inspira essa reflexão é buscar compreender os desafios à construção radicalmente democrática, participativa de políticas distributivas, de enfrentamento das ancestrais desigualdades à afirmação dos direitos sociais e de cidadania conquistados na constituição cidadã de 1988 frente ao macrocontexto do golpe de 2016 contra a democracia no Brasil, com sua agenda, via um processo constituinte sem povo, de liquidação da Constituição de 1988, e sua articulação com o macrocontexto da crise estrutural do capitalismo com a crescente radicalização da tensão entre capitalismo e democracia.

O MACROCONTEXTO: A CRISE SISTÊMICA DO CAPITALISMO

O processo de transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro nos últimos trinta anos radicaliza a tensão capitalismo e democracia, constituindo-se num dos desafios cruciais à difícil democracia diante do déficit democrático produzido pelo processo global de desorganização do Estado democrático, as democracias sociais, do pós-guerra. Os neoliberais pretendem desorganizar

o Estado democrático por meio da inculcação na opinião pública da suposta necessidade de várias transições, como se refere Santos (2016).

O consenso econômico neoliberal, o chamado Consenso de Washington de 1989, configurou-se como um contrato social entre países centrais capitalistas que, estabeleceu as grandes transformações político-econômicas do capitalismo mundial nas últimas décadas. Suas dez regras, entre as quais, disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, abertura comercial, juros de mercado, câmbio de mercado, privatização das estatais, desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas, direito à propriedade intelectual, foram apresentadas como condições inexoráveis, forças naturais às quais outros países deviam se subordinar.

Esse consenso neoliberal com seus significados, entre outros, de retirada do Estado da regulação social e privatização dos serviços públicos, é tratado por Santos como governo indireto, quando poderosos atores não estatais adquirem o controle sobre as vidas e o bem-estar de vastas populações, seja pelo controle dos cuidados de saúde, da terra, das sementes, da floresta ou qualidade ambiental. A esse regime social de relações de poder extremamente desiguais, que permite o poder de veto dos mais fortes sobre a vida e maneira de viver dos mais fracos, Santos descreve como ascensão do fascismo social. Tal conceito é caracterizado em lógicas, entre as quais o fascismo financeiro, a mais violenta forma de sociabilidade fascista. A lógica do lucro especulativo confere ao capital financeiro um poder discricionário, praticamente incontrolável, poderoso o suficiente para abalar em segundos a economia real ou a estabilidade política de qualquer país (Santos, 2007; e Santos, 2010).

Streeck (2013) se refere a esse processo de transição do capitalismo industrial para o financeiro nos últimos trinta anos como – a desdemocratização do capitalismo – ou o que designa como hayekização do capitalismo. Hayek (*apud* Streeck, 2013) em 1939 escreveu artigo precursor do que viria a ser a configuração da União Europeia, propondo uma instância técnica, restrita à especialistas, a partir de argumentos como: intervenções políticas no mercado seriam intoleráveis e prejudiciais; e a necessidade de restringir o alcance e a profundidade da política econômica de cada Estado-membro, como por exemplo, ter política monetária própria. Essa configuração “política” cria a farsa de “especialistas”, não políticos, disporem da vida de milhões de pessoas em nome da técnica, da economia.

Uma das dimensões do capitalismo moderno é a construção da esfera econômica como algo amoral, uma esfera social supostamente livre do peso de ter que se justificar moralmente. Na economia as pessoas podem falar sem constrangimentos de seus interesses pessoais egoísticos, ao contrário de outras esferas da vida, o que representou uma conquista histórica para esse campo de atividade (Souza, 2016). A colonização da esfera pública pela racionalidade econômica esteriliza o debate político em uma trama tecnocrática, que impede o discernimento e torna invisíveis as várias dimensões do processo, interditando o debate, a construção e escolha democrática de outras possibilidades.

O exemplo recente da Grécia mostra como a vontade soberana de povos e nações é ignorada, submetida a fóruns restritos de “especialistas”, no caso a Troika (Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional, e Banco Central Europeu), com sua política de ajuste fiscal a qualquer preço.

O custo tem se mostrado elevado. O estudo de Piketty (2014) sobre as dinâmicas que movimentam o acúmulo e a distribuição do capital constata que a taxa de rendimento do capital supera o crescimento econômico, o que se reflete numa concentração cada vez maior de riqueza e aumento das desigualdades. Um ciclo vicioso de desigualdade que ameaça os valores democráticos.

As consequências do projeto neoliberal para a humanidade são devastadoras, como mostra o estudo da organização não governamental OXFAM (2017) sobre a evolução da desigualdade no mundo, com base em dados do Credit-Suisse. O estudo mostra que a parcela da riqueza mundial nas mãos do 1% mais rico da humanidade cresceu de 44% do total em 2009 para 46% em 2014. A continuar esse processo de concentração a projeção é de que o 1% mais rico terá mais de 50% dos bens e patrimônios existentes no mundo e pode já em 2016 concentrar uma riqueza maior do que o resto dos 99%.

Varoufakis sobre a Crise de 2008:

Nada nos humaniza como a *aporia* – aquele estado de intensa perplexidade em que nos encontramos quando nossas certezas caem por terra, quando de repente somos pegos em um impasse, sem palavras para explicar o que nossos olhos estão vendo, nossos dedos estão tocando, nossos ouvidos estão ouvindo. Nesses raros momentos, enquanto nossa razão luta bravamente para compreender o que os sentidos nos estão transmitindo, a *aporia* nos derrota e prepara nossa mente para verdades anteriormente insuportáveis. E, quando a *aporia* lança uma rede com alcance tão amplo, envolvendo toda a humanidade, sabemos que nos encontramos em um momento muito especial da história. Setembro de 2008 foi um momento assim. (Varoufakis, 2016, p. 31)

Varoufakis (2016) usa a metáfora do Minotauro Global para contar aos leitores leigos uma história complexa do processo que levou a financeirização. O argumento principal do seu livro é que a característica principal da era pós 1971 consistia em uma reversão do fluxo comercial e dos excedentes de capital entre os Estados Unidos e o resto do mundo produzindo um fato inédito; pela primeira vez o poder hegemônico se fortalecia aumentando deliberadamente seus déficits.

Ressalta que a leitura hegemônica da Crise na Europa atribui os acontecimentos aos Estados periféricos porque pegaram muitos empréstimos e gastaram demais. A Grécia, a Irlanda e os lânguidos ibéricos tentaram viver para além de suas possibilidades, fazendo seus governos se endividarem para financiar padrões de vida acima do que podiam sustentar. Uma falsa narrativa para tirar os holofotes de cima do verdadeiro *locus* da crise – o setor financeiro (Varoufakis, 2016).

Em sua narrativa desmascara as teses da ortodoxia econômica, denominando-as de “teorias tóxicas”, e o discurso econômico convencional, difundido uniformemente pela mídia, sem contrapontos. Em resumo, Varoufakis descreve, através da metáfora da besta, seus quatro carismas e seus serviços.

Os quatro carismas do Minotauro: dólar com seu estatuto da moeda de reserva, aumento dos custos da energia, mão de obra barateada e mais produtiva, poder geopolítico, responsáveis pelo poder de atração exercido pela besta na inversão de fluxos de excedentes globais para financiar os déficits gêmeos dos Estados Unidos: orçamentário e comercial.

Os serviços do Minotauro Global são: as teorias tóxicas, produzindo seus mecanismos de destruição financeira em massa, os tais dos derivativos tóxicos, lastreados nas hipotecas *subprime* que nos trouxeram a Crise de 2008, que nunca teriam sido possíveis sem as teorias econômicas pseudocientíficas, geradas nas melhores universidades, que apoiaram Wall Street em sua febre de aquisições criando valores metafísicos; e o efeito do onipresente Walmart, inaugurando uma ideologia dos preços baixos para suprir a frustração da classe trabalhadora de ter perdido o sonho americano de um padrão de vida sempre crescente. Como um dos maiores conglomerados do mundo é símbolo de uma nova fase de acumulação capitalista ao contrário dos primeiros conglomerados que evoluíram na esteira de inovações tecnológicas, o Walmart e seus congêneres, com quase nenhuma inovação tecnológica, mas uma longa cadeia de inovações de métodos engenhosos de esmagar os preços de seus fornecedores e cortar rendimentos de seus trabalhadores; a ideologia e a política do *trickle down*, uma arrebatadora superstição matematizada cujo efeito significou a redução de impostos para ricos sugerindo que esse dinheiro escorreria para os pobres. Para ele,

Quanto maior é o fracasso de uma organização privada, e mais catastrófica suas perdas, maior é o poder que adquire de receber uma cortesia financiada pelo contribuinte. Em resumo o socialismo morreu durante a época dourada do Minotauro Global, e o capitalismo foi silenciosamente assassinado no momento em que o animal deixou de governar sobre a economia mundial. Em seu lugar temos um novo sistema social: a bancarrotoocracia – o governo corrupto dos bancos falidos. (Varoufakis, 2016, p. 202)

A dívida como inibição das escolhas democráticas: do Estado dos impostos para o Estado da dívida

Como analisa Streeck (2014), atualmente há um sentimento generalizado do estado crítico do capitalismo, mais que em qualquer momento desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A crise de 2008 seria apenas a mais recente de uma longa sequência iniciada na década de 1970 com o fim da prosperidade pós-guerra.

[A]s crises do modelo do pós-guerra (...) se tornaram tão recorrentes que não são mais vistas como meramente econômicas; elas resultaram na redescoberta da antiga noção de ‘sociedade

capitalista' – do capitalismo como uma ordem social e um modo de vida que depende visceralmente do progresso ininterrupto da acumulação de capital privado. (Streeck, 2014)

Entre os muitos sintomas da crise Streeck destaca três tendências de longo prazo na trajetória dos países ricos altamente industrializados, cada vez mais desindustrializados. A primeira seria a queda perseverante na taxa de crescimento acentuada com os acontecimentos de 2008. Relacionada à primeira, a segunda seria o aumento também persistente da dívida total dos principais países capitalistas nos últimos quarenta anos, seja no aumento do endividamento de governos, famílias, empresas ou bancos. A terceira, o aumento da desigualdade tanto de renda como de riqueza.

A interação entre essas tendências se potencializa em um ciclo vicioso: o aumento das desigualdades reforça a diminuição do crescimento, pois trava as melhorias na produtividade e diminui a demanda. O baixo crescimento reforça a desigualdade ao radicalizar o conflito distributivo. O endividamento crescente não só não detém a redução do crescimento, como se constitui em mais um componente da desigualdade devido às mudanças estruturais associadas à financeirização da economia. O “‘Efeito Mateus’ que rege os mercados livres: ‘Ao que tem muito, mais lhe será dado e ele terá em abundância; mas ao que não tem, até mesmo o pouco que lhe resta lhe será tirado’.” (Streeck, 2014)

Streeck prossegue e coloca que embora as crises sejam parte da história do capitalismo, a característica presente parece ser um processo contínuo de decadências, um encadeamento de tendências de longo prazo que podem resultar numa crise de natureza sistêmica.

As tentativas de regulação do setor financeiro pós desastre de 2008 fracassaram e o setor financeiro, a alma do desastre, apresentou uma recuperação completa. Os governos e os Estados Unidos em particular continuam sob controle da indústria do fazer dinheiro, criado a partir do nada pelos amigos nos bancos centrais, num processo de acumulação e investimento na dívida pública. A emissão sem precedentes de dinheiro não conseguiu alavancar a economia, nem o mercado de trabalho, sendo produzido um aumento estratosférico da desigualdade. Tal redistribuição oligárquica, com a riqueza apropriada pelo 1 % mais rico, constitui uma ameaça à democracia.

Essa ameaça à democracia tem como tema-chave a retórica antidemocrática da crise fiscal que pretende atribuir ao excesso de democracia redistributiva o crescimento da dívida pública.

A crise fiscal e a deterioração das finanças públicas têm suas raízes nas “reformas” que resultaram na queda dos níveis de tributação e o caráter cada vez mais regressivo dos impostos.

[A]o substituir as receitas tributárias pela dívida, os governos contribuíram ainda mais para a desigualdade, oferecendo oportunidades de investimento seguro para aqueles cujo dinheiro eles já não queriam, ou não podiam, confiscar – ao contrário, passaram a pedir emprestado esse dinheiro. Diferentemente de quem paga impostos, quem compra títulos do governo

1 Citação ao Evangelho, Mateus, 25: 29.

continua a possuir aquilo que pagou ao Estado; cobra juros sobre esses papéis, que também podem ser transmitidos como herança para os filhos. (Streeck, 2014)

Um verdadeiro ardid: o Estado não cobra impostos dos mais ricos. Pede emprestado à quem promoveu a acumulação e fica endividado – uma trapaça a serviço de cortes nos gastos do Estado, privatização de serviços públicos restringindo cada vez mais a intervenção democrática redistributiva na economia capitalista, como, por exemplo, a definição, dos orçamentos públicos, das políticas salariais, da legislação trabalhista, dos sistemas de proteção social.

Mesmo desobrigados de prestar contas democraticamente pelos inúmeros mecanismos institucionais de proteção da interferência democrática, com a política econômica nas mãos dos bancos centrais independentes, as classes que dependem do lucro duvidam que a democracia, mesmo na versão castrada, trancada, permitam “reformas estruturais”, para remodelar as sociedades segundo os imperativos do mercado.

A teoria da “escolha pública”, segundo a qual a política democrática corrompe a justiça do mercado ao servir a políticos oportunistas e sua clientela, tornou-se consenso entre pessoas da elite assim como a convicção de que o capitalismo de mercado, expurgado da política democrática, será mais eficiente, virtuoso e responsável. (Streeck, 2014)

Para Streeck as décadas de queda do crescimento, aumento da desigualdade e escalada da dívida permitem ver o capitalismo como fenômeno histórico que tem início e também um fim.

O progresso capitalista destruiu qualquer agente que pudesse impor limites ao sistema como ficou claro, pela constatação da ignorância do Banco Central americano sobre a magnitude da crise de 2008, quando da publicação das atas do Federal Reserve. A estabilidade do capitalismo depende que sua dinâmica seja contida por forças compensatórias que sujeitem a acumulação de capital aos contrapesos sociais.

Streeck analisa o fim do capitalismo não com um evento, mas um processo de dismantelo crônico por razões endógenas e independentes da ausência de uma força capaz de reverter três tendências destrutivas: queda de crescimento, igualdade e estabilidade financeira. Sem esse constrangimento social o capitalismo pode ser extremamente bem-sucedido, mas auto sabotador, uma overdose de si mesmo.

O socialismo e o sindicalismo impuseram um freio à transformação de tudo em mercadoria, impedindo o capitalismo de destruir seus alicerces não capitalistas: o altruísmo, a confiança, a solidariedade entre famílias, comunidade e sociedade.

O Espírito de 45, evocado por Ken Loach em seu emocionante documentário assim nomeado, mostra uma sociedade mobilizada no esforço de reconstrução das ruínas da guerra.

O exemplo do relatório Beveridge, peça política chave para a construção do sistema de proteção social inglês, o Estado providência, tornou-se um *best seller*, debatido em bares e ruas. Um legado que resiste aos ataques neoliberais, como o NHS, o respeitado e resistente sistema universal de saúde inglês.

O Espírito de 45 marca a estruturação de Estados de Bem-Estar Social como a experiência da Suécia, pós depressão de 1930, inspirada pelo sociólogo e economista Kar Gunnar Myrdal, admirador da política keynesiana do *New Deal* americano, que concebia as políticas sociais como investimentos, e não custos.²

A ascensão do capitalismo do desastre

Streeck (2014) afirma que estaríamos vivendo a agonia do capitalismo por uma overdose de si mesmo provocada pelo dismantelamento de uma oposição. Os sintomas são o que aponta como cinco doenças sistêmicas do capitalismo: estagnação, redistribuição oligárquica, pilhagem do setor público, corrupção e anarquia global, que, resultam do enfraquecimento de restrições ao seu avanço – tradicionais, institucionais e políticas.

A redistribuição oligárquica e a tendência a plutonomia descolam os capitalistas plutonômicos da economia real. Eles não precisam se preocupar com crescimento econômico nacional, suas fortunas transnacionais crescem independente, sua prosperidade não depende mais dos assalariados, rompe-se o vínculo keynesiano entre o lucro dos ricos e o salário dos pobres, apartando o destino das elites econômicas das pessoas comuns.

A possibilidade de salvar a si mesmo e a sua família proporcionada pelo mercado de capitais globalizado, oferece aos ricos a maior tentação possível, que é passar para o modo 'fim de jogo'-vender tudo pegar o dinheiro, queimar as pontes e deixar para trás apenas terra arrasada. (Streeck, 2014)

A pilhagem do setor público, essa pilhagem, via subfinanciamento, via apropriação privada do Estado, tem origem na dupla transição ocorrida desde a década de 70 do Estado dos impostos para o Estado da dívida e para o Estado do ajuste ou, da austeridade. A medida que os ganhos de renda se concentram no 1% mais rico, o setor público das economias capitalistas encolhe de forma dramática. A austeridade imposta à sociedade é mais uma expressão do deslocamento da economia dos oligarcas da economia das pessoas comuns.

A fraude e a corrupção sempre acompanharam o capitalismo e tal relação só se aprofundou com a verdadeira revolução neoliberal a partir da década de 70. O domínio do setor financeiro na economia

2 A título de curiosidade Myrdal, um dos idealizadores dos Estados de Bem-Estar Social, dividiu o prêmio Nobel de Ciências Econômicas com seu adversário ideológico Friedrich Hayek, um dos principais defensores do livre mercado, o que expressa o longo processo de disputa entre perspectivas e projetos políticos.

e as finanças como indústria colocam a corrupção num patamar ilimitado. O que emergiu em 2008 é apenas a ponta de um iceberg que expõe a extravagância da corrupção: as agências de classificação de risco de crédito remuneradas pelos próprios emissores de papéis podres para lhes atribuir melhores notas; um sistema bancário paralelo em paraísos fiscais; lavagem de dinheiro e assessoria para evasão fiscal em larga escala; a venda para clientes desavisados de papéis concebidos para que outros clientes pudessem apostar contra eles; os principais bancos de todo mundo fixando, de forma fraudulenta, as taxas de juros e o preço do ouro. (Streeck, 2014)

A tentativa weberiana de tentar evitar que o capitalismo fosse confundido com a ganância fracassou.

A anarquia global – a ausência de um centro que forneça um regime monetário digno de confiança como a Grã-Bretanha na década de 20, Estados Unidos de 1945-1970, sem o contraponto de uma alternativa internacional, bloqueada pelos EUA, que não abrem mão do privilégio de se endividar na própria moeda, é um fator de instabilidade crescente.

Dada: a impossibilidade de os EUA continuar a exercer esse papel; a ausência de um contraponto internacional – o ataque ao Brasil afeta o desenvolvimento da experiência incipiente do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); os efeitos desastrosos de medidas de estabilização preconizados pelos organismos internacionais; se configura um quadro de anarquia global.

Persiste o uso da força no modo “forças especiais”, altamente secretas, com vigilância orwelliana protagonizada pelos EUA para inspirar a confiança e tranquilizar governos aliados, a qualquer custo, na garantia e defesa dos direitos oligárquicos à propriedade, provendo segurança às famílias dos 1% super-ricos e seus tesouros.

As políticas de austeridade, como comenta Santos (2016), visam a esvaziar a democracia representativa das políticas de inclusão social, alimentando a tensão entre democracia e capitalismo. Para ele as resistências podem ser construídas a partir das causas ou a partir das consequências dessas políticas. Quando construída a partir das causas, a captura do Estado por forças antidemocráticas e enorme concentração de renda, a resistência se assenta na ampliação de direitos e na convicção de que são políticas arbitrárias e injustas, que optam por salvar bancos e impor pobreza às famílias. Quando a resistência é construída a partir das consequências das políticas de austeridade, se apoia na convicção que estas são resultados dos excessos de bem-estar, de direito e proteção social. (Santos 2016, p.164)

A doutrina do choque e radicalização da tensão entre capitalismo e democracia

“As teorias de Milton Friedman deram a ele o prêmio Nobel; ao Chile, o general Pinochet.”

Eduardo Galeano

A cruzada contemporânea para libertar os mercados mundiais com golpes, ditaduras, guerras, chacinas e extermínio químico tem recrudescido.

A contrarrevolução neoliberal protagonizada por Friedman e seu inspirador Hayek buscou desmantelar em todos os países as propostas de linhagem keynesiana, que estruturaram experiências concretas de coexistência de um tipo de economia mista, que garantisse direitos de cidadania, como direito universal à saúde, à educação, à cultura, à terra e aos direitos trabalhistas, configurando um sistema de proteção social. Tais construções sociais expressavam o espírito de uma época, onde grandes abalos do capitalismo, como a grande depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, inspiraram movimentos abrangentes de solidariedade.

Foi exatamente contra esse sistema de conciliação que se levantam Friedman e sua célebre Escola de Chicago.

Naomi Klein (2008), em seu contundente relato em “A doutrina do Choque” escava, no detalhe, com a precisão de excelente jornalista que é, as entranhas do capitalismo do desastre. Emergem das quase seiscentas páginas do livro a dor e o sofrimento de povos, de culturas, de gerações e vidas violentadas, expropriadas, esmagadas, humilhadas, ultrajadas, roubadas da mais ínfima condição humana. A força transformadora do livro é dar vida, mostrar fatos, contar histórias, dar rosto, nome e sobrenome aos personagens e projetos políticos que se ocultam na neutralidade de siglas e rótulos frios. Ao retirar o projeto neoliberal da embalagem da técnica e da ciência econômica, expõe sua face genocida e lhe batiza com o nome correspondente: o capitalismo do desastre.

Quando Klein iniciou sua pesquisa sobre interseção entre superlucros e megadesastres imaginava testemunhar uma mudança fundamental no modo como a marcha para “libertar” os mercados estava avançando no mundo. Sua condição de participante do movimento contra o crescimento do poder das corporações, em seu momento inaugural (Seattle, 1999), permitiu acompanhar como as políticas eram impostas em quedas de braço na Organização Mundial do Comércio (OMC) ou como condição vinculada aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Quando os acordos eram assinados havia a justificativa de que havia consentimento mútuo entre governos e consenso entre especialistas. Essa dinâmica se altera após o 11 de setembro de 2001, quando os EUA mudam a versão de “livre comércio e democracia” para a versão força militar do Choque e Pavor.

Durante três décadas, Friedman e seus seguidores exploraram metodicamente os momentos de choque em outros países – os equivalentes estrangeiros do 11 de setembro, começando com o golpe de

Pinochet em 11 de setembro de 1973. O que aconteceu em 11 de setembro de 2001 foi que uma ideologia produzida nas universidades americanas, e fortalecida pelas instituições de Washington, teve finalmente sua chance de voltar para casa. (Klein, 2008, p 21)

A ideia de explorar crise e desastre foi o *modus operandi* do movimento de Milton Friedman desde o início.

Milton Friedman aprendeu a explorar os choques e crises de envergadura quando atuou como consultor direto do ditador chileno Augusto Pinochet. Após o golpe de Estado, diante de uma população em estado de choque, Friedman aconselhou Pinochet a impor uma estratégia extrema e rápida de apropriação capitalista jamais tentada em qualquer lugar. Em razão de muitos economistas de Pinochet terem sido alunos de Friedman na Universidade de Chicago, a experiência, o *case*, ficou conhecida como a “revolução da escola de Chicago”.

Friedman previu que a rapidez das mudanças provocaria reações psicológicas que “facilitariam o ajuste” e denominou esta tática dolorosa de “tratamento de choque” ou “terapia do choque”.

A pergunta de Eduardo Galeano ecoa com uma atualidade cortante: “Como essa desigualdade pode ser mantida, senão por descargas de choques elétricos?”.

A ascensão do complexo industrial do desastre, estende suas conexões para áreas diversificadas como bem revela o exemplo síntese de um dos principais protagonistas do desastre, Donald Rumsfeld, secretário de defesa de George Bush. Sua carreira como protocapitalista do desastre começou em 1997 como presidente do conselho da empresa de biotecnologia Gilead Sciences. A companhia detinha a patente do Tamiflu tratamento indicado para gripe aviária. Em 2001 quando da posse como Secretário de Defesa, diante do temor da epidemia de gripe, a histeria do bioterrorismo, o preço das ações elevaram 807%. Como presidente do conselho da Searle Pharmaceuticals, usou suas ligações políticas para garantir a aprovação da Food and Drug Administration (FDA) para o controvertido e, altamente lucrativo, Aspartame. Quando Rumsfeld agenciou a venda da Searle para a Monsanto recebeu pessoalmente doze milhões de dólares. Sua onipresença é tal que tem assento nos conselhos de grandes empreendimentos como Kellogg's, no conselho da fabricante de aeronaves Gulfstream, e, também recebia 190 mil dólares por ano como consultor da ASEA Brown Boveri (ABB), a gigante suíça de engenharia, conhecida pela venda de tecnologia nuclear para a Coreia do Norte. A venda do reator nuclear aconteceu em 2000 e, Rumsfeld era o único norte-americano no conselho da ABB. As relações de promiscuidade revelam não mais uma porta giratória mas um arco escancarado.

O MACROCONTEXTO DO GOLPE – BRASIL 2016

***“O passado não está morto e,
nem sequer é passado”***

William Faulkner

***“Quando o passado não ilumina o futuro,
o espírito caminha nas trevas”***

Alexis de Tocqueville

A fúria devastadora do processo do golpe no Brasil 2016 é parte constitutiva dessa disputa global entre capitalismo do desastre e democracia.

A história da América Latina condensa uma experiência de golpes e ditaduras nas décadas de 1970/1980 que levaram a extremos impensáveis a doutrina do choque como método e dependência do “livre mercado” ao poder do choque.

A doutrina do Choque e Pavor teve na América Latina um laboratório de experimentos, desde a asfixia econômica, com greves patronais orquestradas, às ditaduras genocidas. A operação Condor, uma aliança militar entre as ditaduras militares do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, comandada pelos Estados Unidos, deixou um lastro de destruição, sofrimento e extermínio em massa na região. Sob esses escombros a doutrina do choque econômico dos “livres mercados” se impõe.

Nos anos 2000, com a ascensão no continente de experiências pós neoliberais de democracias populares, descortina-se um novo horizonte com o desenvolvimento de políticas distributivas, constituindo o que Chomsky considerou a mais significativa resistência global a selvageria do neoliberalismo.

O processo de recrudescimento do ataque neoliberal se delinea com pressões crescentes ao Brasil, Argentina, Venezuela, Equador, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia.

Democracia impedida

Souza em sua análise da dinâmica social do golpe sobre as jornadas de junho de 2013 comenta o protagonismo da classe média conservadora como base social do golpe:

A verdadeira novidade das ‘jornadas de junho’ foi a reconstrução, repaginada e turbinada – uma espécie de versão 2.0 – de um ator político velho e bem conhecido da história brasileira: a fração da classe média moralista e conservadora, que sempre desprezou e odiou os pobres, representantes da maioria da população. É essa fração que torna as manifestações verdadeiros ‘fenômenos de massa’ a partir de 19 de junho, quando a mídia já se preocupa em separá-la cuidadosamente da minoria de ‘vândalos’. É também quando as manifestações passam a ser

percebidas pelo Jornal Nacional como uma grande ‘festa democrática’. Nesse sentido, constrói-se para esse suposto ‘ente novo’ na nossa política uma nova estética e uma nova moral.

A nova estética foi extremamente importante. A camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional se tornaram símbolos que ninguém mais conseguiu retirar ou sequer disputar com essa fração de classe. É uma camisa que passa a mensagem mais importante ‘Não somos de nenhum time’, como não somos de nenhum partido. Nosso time é a seleção e, nós torcemos pelo Brasil. O ufanismo do país indiviso que não tolera a diversidade e ao mesmo tempo se põe como único representante da nação, um protofascismo óbvio não só não foi criticado pela mídia. Foi, ao contrário, louvado e estimulado. O Jornal Nacional sugeria em suas coberturas que os “amarelinhos”, quando iam às ruas espontaneamente, enquanto os “vermelhos” eram militantes profissionais sectários. (Souza, 2016, p.100-101)

A base social do golpe foi essa fração privilegiada, branca e bem vestida, que passava a impressão de defender o “interesse nacional”, uma mudança para melhor para todos.

O componente moral também foi decisivo. Ele atuou em dois sentidos. O primeiro foi incutir nessa fração de classe o sentimento de protagonismo no movimento, ainda que, na verdade, fosse um mero instrumento de manipulação do consórcio golpista elites/mídia. Esse sentimento foi construído com maestria sob a batuta do Jornal Nacional. O segundo dado decisivo da construção moral desse grupo foi a substituição, construída pouco a pouco, das bandeiras por melhores serviços públicos pela bandeira – a essa altura ainda abstrata – do combate a corrupção e a PEC 37. (Souza, 2016)

A integração dessa fração conservadora à dinâmica do golpe foi decisiva. A primeira tentativa de golpe pelo consórcio golpista, mídia, congresso comprado e justiça justiceira, estava presente no processo do chamado “mensalão” em 2005. O ensaio geral do mensalão fracassou apesar da feroz campanha midiática. Lula é reeleito pela adesão popular às políticas de inclusão social, pois, como comenta Souza, para as camadas populares a corrupção é um dado universal da política dos ricos. (Souza, 2016)

Depois da quarta derrota eleitoral as forças conservadoras abandonam, como em outros momentos da história do Brasil, a perspectiva da via democrática.

A associação de uma justiça escancaradamente seletiva, um parlamento comprado, uma mídia partidarizada e uma base social radicalizada criou o clima insurrecional que possibilitou o golpe.

Como comenta Santos, o golpe no Brasil se inscreve no processo de profunda ruptura civilizatória em que a ideia de democracia como liberdade e autonomia submerge diante da versão de democracia como riqueza sem limite legítimo e poder sem constrangimento de afronta. A cláusula pétrea do golpe é excluir as forças populares do circuito do poder. (Santos, 2017)

Nas palavras de Santos:

A trapaça nacional compõe capítulo suburbano de eminente processo de longa duração em que as utopias de sociedades fundadas na solidariedade foram dizimadas pela horda dos acumuladores e concentradores de lucros. Esta história tem um sentido disputado por filósofos e analistas sociais. (Santos, 2017, p.8)

O longo processo de construção democrático/participativa brasileiro que impulsionou a conquista da Constituição Cidadã de 1988, plataforma para o enfrentamento das desigualdades estruturais e ancestrais do país é afrontado, foi interrompido.

A Constituição Cidadã de 1988 está em liquidação num verdadeiro processo constituinte sem povo, e vivemos hoje, um Estado de Exceção!

Serrano (2011) em sua pesquisa sobre novas formas de autoritarismo e ameaças à democracia no século XXI aponta o papel do Poder Judiciário, que se mostra cada vez mais autoritário e como fonte de exceção e não de direito. Mostra o convívio de dois modelos de Estado: o Estado democrático de direito formal e um Estado de polícia, autoritário, de exceção nas periferias das grandes cidades e para as populações expulsas da garantia de qualquer direito.

A tentativa da justiça de exceção de cassar os direitos políticos de Lula é mais um elemento no roteiro do golpe para excluir as classes populares do circuito do poder, impedindo a realização da soberania popular pelo processo democrático de eleições.

Luigi Ferrajoli, um dos maiores autores jurídicos do mundo, em antológico discurso proferido no parlamento italiano em 11 de abril de 2017, caracteriza os abusos da Lava Jato não apenas como atentado à democracia brasileira, mas à própria dignidade da cultura jurídica internacional.

[...] O populismo mais terrível é o populismo judicial.

[...] o impeachment completamente insensato e infundado da Presidenta Dilma ilumina o sentido político da operação contra Lula. E vice-versa! O processo de fúria judicial, a demonização, a espetacularização, tudo isso ilumina o verdadeiro sentido do impeachment.

[...] podemos reconhecer nesse processo, além das extraordinárias violações, como a difusão e a publicação de interceptações, feitas pelo próprio juiz, as características típicas da inquisição.

[...] então devemos nos preocupar porque, além do caso judicial que é realmente escandaloso, e além do processo que atingiu a presidenta do Brasil, estamos diante de uma operação que se apoia num processo de deformação do espírito público, do senso comum, da informação para controlar, instrumentalizando meios judiciais e pseudoparlamentares, o poder institucional do Brasil.

[...] isso nos lembra da figura do juiz inquisidor, descrita por Beccaria, ou seja, “quando um juiz se torna inimigo do réu, e se atormenta, e receia perder o jogo, se não consegue comprovar uma acusação””. (Ferrajoli, 2017)

O Empate catastrófico

O processo em curso no Brasil pode ser caracterizado tal como Linera (2008) analisa, evocando Gramsci, sobre a crise do Estado Neoliberal e a radicalização dos conflitos na América Latina, um empate catastrófico. Catástrofe no sentido grego de momento de desordem e que comporta um desenlace dramático de uma viragem, de uma mudança de época.

As crises do Estado neoliberal não necessariamente levam a um novo Estado, pode haver recomposições e ser reversível ou continuar na direção de um empate catastrófico, quando as ideias dominantes perdem a capacidade de seduzir o conjunto da sociedade. Ideias como: o investimento externo como motor da economia; a globalização e exportação como horizonte inquestionável da “modernidade”; a coalização de partidos políticos como condição *sine qua non* para definir governabilidade. (Linera, 2008)

Nas instituições estava ocorrendo o mesmo: o Parlamento não era mais um palco do debate político, mas era expropriado pelo Executivo; por sua vez, o Executivo fora expropriado pelos lobbies das empresas estrangeiras e por um núcleo político duro; e, por sua vez, este núcleo fora expropriado pelo investimento estrangeiro e algumas embaixadas que definiam a situação do país. (Linera, 2008, p. 26)

Tal empate se caracteriza quando

[...] há problemas na correlação de forças do Estado, ou seja, na estrutura de forças com capacidade de decisão, no conjunto das ideias dominantes ordenadoras da vida política da sociedade, que permitem uma correspondência moral entre governantes e governados, e no âmbito das instituições (procedimentos, regras, escritórios) que objetivam a correlação de forças e idéias. (Linera, 2008, p. 25, tradução livre)

Como analisa Linera, o empate catastrófico é uma etapa da crise do Estado que se caracteriza por três dimensões: confronto de dois projetos políticos nacionais de país; confronto no âmbito institucional; e uma paralisia de mando estatal e irresolução da paralisia. Esse empate pode durar meses ou anos até o momento em que ocorre um desempate, uma saída. A saída seria a construção hegemônica ascendente, marcada por conflitos, até que em algum momento histórico, um ponto de bifurcação, se consolide uma ordem, pois nenhuma sociedade vive permanentemente em mobilizações, nem permanentemente em estabilidade.

Um ponto de bifurcação seria uma medição de forças, de liderança moral sobre o conjunto da sociedade, a hegemonia no sentido gramsciano.

O Brasil viveu em vários momentos históricos pontos de bifurcação, de disputa entre projetos políticos de uma elite oligárquica escravocrata, concentradora de renda e riquezas, da democracia sem povo, e projetos do campo democrático popular de construção de um projeto de desenvolvimento nacional de enfrentamento das desigualdades, inclusivo, com distribuição de riqueza e renda, de direitos de cidadania e diversidade cultural, e internacional de cooperação e solidariedade entre povos e nações.

Em todos os momentos de impasse o consórcio de interesses entre mídia, elite brasileira escravocrata e capital internacional não vacilou em liquidar a democracia para impor pela força, em suas diversas roupagens (parlamentarismo, ditadura, golpe jurídico parlamentar) o seu projeto de país excludente, para menos de 1% de endinheirados, descolados de qualquer interesse nacional, com desprezo ancestral, político, econômico, social e cultural pelo povo brasileiro.

O giro de volta ao espírito de 88

Um ponto de bifurcação na sociedade brasileira pela união de um campo de forças políticas democrático-populares em torno de um projeto de país democrático foi sem dúvida o processo que resultou na aprovação da Constituição cidadã de 1988.

A compreensão da transição democrática brasileira não se expressou como um processo de cima para baixo, mas como fruto de amplas mobilizações e participação ativa da sociedade. Isto se deu tanto na convocação da Assembleia Nacional Constituinte – com comitês pró constituinte Brasil afora –, como também nos inúmeros debates em fóruns, plenárias, movimentos sociais diversos que resultaram, não por acaso, na Constituição Cidadã de 1988. Criava-se assim a possibilidade de uma nova ordem fundada na construção radicalmente democrática da sociedade brasileira.

A potência inaugural daquele momento, o espírito de 88, encarnado no processo constituinte, representa um marco para a democracia de massas no país pela inclusão de toda a população no processo político e democrático ao consagrar o direito de voto do analfabeto, a universalização de direitos sociais e pela novidade da incorporação de elementos participativos em seu texto, para além dos limites da democracia representativa. Um processo que marca, não sem conflitos e tensões, o protagonismo e a escolha ativa da sociedade brasileira por um projeto solidário e inclusivo de país.

A emergência de espaços públicos alternativos, republicanos, sede de debates e formulações alternativas, contra hegemônicas a tendências de políticas neoliberais à época, como as inovadoras propostas do Movimento da Reforma Sanitária Brasileiro, representam experiências concretas e constituem vislumbres de uma outra gramática de poder, uma outra natureza de poder.

O ESPÍRITO DE 88 VERSUS O CAPITALISMO DO DESASTRE

Qualquer análise política, econômica ou social deve compreender a tensão inerente entre o capitalismo e a democracia. Polanyi (2000, p. 164) já nos alertava que “não houve um único militante liberal que deixasse de expressar a sua convicção de que a democracia popular era um perigo para o capitalismo”.

O golpe em curso no Brasil é parte de um processo internacional de uma contrarrevolução que está construindo estados constitucionais não democráticos pelo mundo inteiro, como analisa Guimarães (2017).

Vivemos uma mudança de época e uma crise civilizacional. Os fundamentos de vida democrática, do pluralismo da tolerância, estão em questão, como expresso no estado de exceção que vivemos pós golpe parlamentar de 2016 no Brasil, com o desmonte da Constituição de 88, afronta ao princípio fundante da democracia, a soberania do voto popular.

A disputa realizada no Brasil é uma disputa civilizatória de repercussões globais por seu papel estratégico na geopolítica global. Os movimentos de criação do MERCOSUL, UNASUL, CELAC e BRICS constituíam a expressão de um mundo mais diverso e plural.

O enfrentamento das desigualdades ancestrais tocou num ponto chave da sociedade brasileira, a persistência de uma cultura escravocrata, que despreza o povo brasileiro. Nossa desigualdade é uma continuidade direta com a escravidão, nunca assumida efetivamente e nunca criticada em sua continuidade até os dias de hoje. (Souza, 2016)

Para Souza o golpe de 2016 foi expressão reiterada do pacto antipopular formado desde início do século XX pelas elites do dinheiro e elites culturais após o processo do fim da escravidão e nascimento do capitalismo moderno entre nós. (Souza, 2016)

Encarar e explicitar esse passado e presente, não esquecer, como os papéis queimados da escravidão, é condição para ultrapassar essa sequência histórica de golpes toda vez que a maioria popular conquista espaços de poder.

A perplexidade do choque começa a ser superada. O exemplo da histórica greve geral de 28 de abril de 2017, do acampamento pela democracia em 10 de maio de 2017 e da ocupação de Brasília em 24 de maio de 2017 constituem expressões da potencial força destituente do povo. A articulação inédita de todas as centrais sindicais, a participação de amplos setores da sociedade, igrejas e movimentos sociais diversos constituem um incipiente campo político democrático popular na luta pela retomada democrática do Brasil. Um possível reencontro com o Espírito de 88. Mas para essa retomada é necessária uma profunda consciência da articulação do processo do golpe de 2016 com o macrocontexto do capitalismo financeiro global.

A pergunta se há futuro para a democracia num mundo dominado pelo capitalismo financeiro, pelo colonialismo e pelo patriarcado nas relações sociais tem uma resposta em aberto. Não estamos diante de um deserto, pois esse caminho já vem sendo percorrido e são inúmeras as experiências que vêm construindo outras maneiras de pensar, sentir e conhecer, que podem ser compreendidas na perspectiva do que Santos denomina como as epistemologias do Sul. (Santos, 2010)

A construção de uma nova hegemonia política implica em trabalhar na perspectiva de uma sociologia das ausências/emergências, esse vasto campo de experiências diversas de resistência ao capitalismo financeiro, ao patriarcado, ao colonialismo, no sul global. São experiências que vêm criando em muitas partes do mundo territórios libertos do capitalismo, como a zona autônoma zapatista. Essas são utopias concretas, de nosso tempo, que nada têm em comum, como comenta Santos (2016), com as grandes utopias modernistas. “São resultados de artesanias de práticas que, em espaço-tempo com escala humana, sabem tecer o novo e a surpresa no velho tear da luta por outro mundo possível”. (Santos, 2016, p.165)

Para Santos “o neoliberalismo é, antes de tudo, uma cultura de medo, de sofrimento e de morte para as grandes maiorias; não se combate com eficácia se não se lhe opuser uma cultura de esperança, de felicidade e de vida.” (Santos 2016, p. 180)

Numa abordagem socioantropológica sobre a dívida, Graeber comenta que

Durante milhares de anos, a luta entre ricos e pobres assumiu de modo geral a forma de conflitos entre credores e devedores – de argumentos sobre o que é certo e o que é errado em relação a pagamento de juros, servidão por dívida, anistia, reintegração de posse, restituição, sequestro de ovelhas, apreensão de vinhas e venda de filhos dos devedores como escravos. Nessa mesma lógica, nos últimos 5 mil anos, com uma regularidade impressionante, as insurreições populares começaram da mesma [dívida]: com a destruição ritual dos registros de dívidas – fossem eles tabuletas, papiros, placas ou qualquer outra forma existente em dada época e local. (Graeber, 2016, p. 16)

Retornando a Boaventura de Sousa Santos:

Depois de um século de lutas populares que fizeram entrar o ideal democrático no imaginário da emancipação social, seria um erro político grave desperdiçar essa experiência e assumir que a luta anticapitalista tem de ser também uma luta antidemocrática. Pelo contrário, é preciso converter o ideal democrático numa realidade que não se renda ao capitalismo. E, como o capitalismo não exerce seu domínio senão servindo-se de outras formas de opressão – nomeadamente do colonialismo e do patriarcado –, tal democracia radical, além de anticapitalista, tem de ser também anticolonialista e antipatriarcal. (Santos, 2016, p. 194)

Para Santos, o desafio que se coloca pode ser sintetizado na seguinte assertiva: “revolucionar a democracia e democratizar a revolução”.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Globo, 1990.
- CHOMSKY, N.. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- CHOMSKY, N.. Dizia-se que os EUA são um Estado de um só partido (o Partido dos Negócios) com duas facções (Democratas e Republicanos). In: *odiario.info*. Entrevista concedida a Miguel Mora. Disponível em <<http://odiario.info/?p=3573>>. Acesso em 15/06/2015.
- Chomsky, N.. 'Everybody Should Be Saying Things Like This': Noam Chomsky on Free Speech and Inquiry After the Election. [12 de janeiro, 2017] In: *Pacific Standard*. Entrevista concedida a Sam Fragoso. Disponível em <<https://psmag.com/noam-chomsky-talks-trump-free-speech-and-the-virtues-of-resistance-8b67f1756829#.sudnir8w3>>. Acesso em 08/02/2017
- Danner, M.. The secret way to war. In: *New York Review of Books*. 09 de junho de 2005. Disponível em <<http://www.nybooks.com/articles/2005/06/09/the-secret-way-to-war/>>. Acesso em 08/02/2017.
- FERRAJOLI, L. O populismo mais terrível é o populismo judicial. In: *O Cafezinho*. 20 de abril de 2017. Disponível em <<http://www.ocafezinho.com/2017/04/20/exclusivo-o-antologico-discurso-de-ferrajoli-contra-sergio-moro-e-o-impeachment/>>. Acesso em 25/04/2017.
- GALEANO, E. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- GRAEBER, D. *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- GUIMARÃES, J. 'Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo'. In: *Sul21*. Entrevista concedida a Marco Weissheimer. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-mais-desmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/>>. Acesso em 17/07/2017.
- KLEIN, N. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LINERA, A. G.. Empate catastrófico y punto de bifurcación. In: *Crítica y emancipación*, v. 1, n. 1, p. 23-33, 2008.
- O Espírito de 45. Direção: Ken Loach. Produção: Rebecca O'Brien, Kate Ogborn, Lisa-Marie Russo. Fly Film Company, Sixteen Films (co-produção), Film4 (produtor associado) e Channel Four (produtor associado), 2013. 94 minutos.
- OXFAM. *Uma economia para os 99%*. Janeiro de 2017. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-relatorio_completo.pdf>. Acesso em 30/01/2017
- PIKETTY, T.. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POLANYI, K. *A Grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- SANTOS, B.S. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- _____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n. 79, p. 3-46, out. 2007a.
- _____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007b.

- _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- _____. *Epistemologias do sul*: São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- _____. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SANTOS, W. G. *A democracia impedida: O Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SOUZA, J.. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.
- SERRANO, P. E. A. P. *Autoritarismo e golpes na América Latina: Breve ensaio sobre jurisdição e exceção*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2011.
- STREECK, W. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora, 2013.
- _____. Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em dismantelo crônico. In: *Piauí*. n. 97. Outubro, 2014. Disponível em <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-vai-acabar-o-capitalismo/>>. Acesso 10/12/2016.
- VAROUFAKIS, Y. *O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. São Paulo, SP: Autonomia Libertária, 2016.